

COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS



**INTEGRANDO AS
ESTATÍSTICAS SOCIAIS
DO BRASIL**

ces.ibge.gov.br

COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS

Iniciativa de instituições federais produtoras de registros administrativos, pesquisas sociais e censos. Tem por objetivo o fortalecimento e aprimoramento das informações estatísticas oficiais e a promoção da Coordenação do Sistema Estatístico Nacional.

(instituído, através da Portaria Interministerial nº 424, de 6 de dezembro de 2007)

METAS

- Construir documentação padronizada das diversas bases de dados, quer sejam registros administrativos, pesquisas sociais, censos, entre outros tipos de fontes de informação;
- Identificar potencialidades e lacunas das principais bases de dados do País com vistas à obtenção da visão sistêmica do que cabe avançar na produção e consistência das informações de natureza social; e
- Avançar em direção à análise integrada dessas diversas bases.

DIRETRIZES

- Viabilizar a consolidação, o aprimoramento, a comparabilidade e a facilidade do acesso à informação;
- Estimular a adoção de conceitos, classificações e métodos para o processamento, armazenamento e apresentação da informação estatística oficial que viabilizem o alcance do objetivo acima;
- Trabalhar para preencher as lacunas de informação e para ampliar as possibilidades de integração entre fontes;
- Organizar a demanda por informação e empreender ações coordenadas para otimizar a sua produção e o seu uso;
- Regulamentar e facilitar o acesso dos diversos órgãos do governo às bases de dados existentes, garantindo a transparência, visibilidade, legibilidade e inteligibilidade;
- Empreender ações para dar visibilidade aos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê; e
- Adotar os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais da Comissão de Estatística das Nações Unidas, 1994.

INTEGRANTES

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Ministério da Educação
- Ministério da Justiça
- Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- Ministério da Previdência Social
- Ministério da Saúde
- Ministério do Trabalho e Emprego
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

ESTRUTURA

Comitê Gestor

Responsável pelas definições estratégicas

Grupo Executivo

Efetiva as orientações estabelecidas pelo Comitê Gestor

EDUCAÇÃO

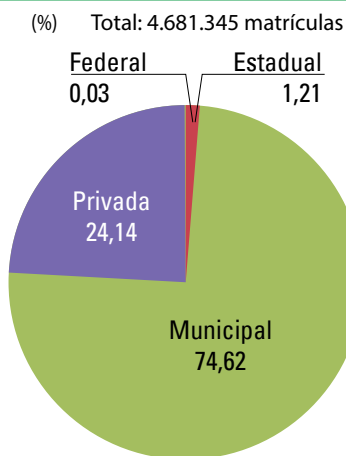
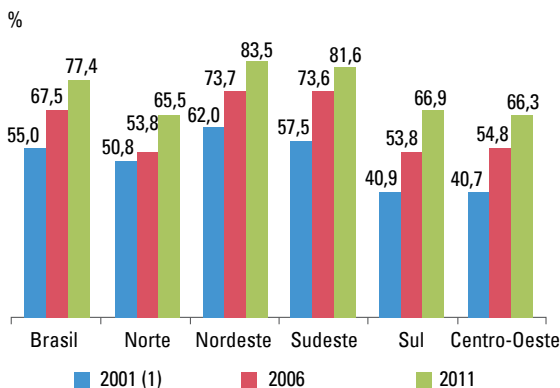
Frequência na pré-escola cresce 22,4 pontos percentuais nos últimos dez anos

O Censo Escolar é um levantamento anual de dados sobre a educação básica (educação infantil e ensinos fundamental e médio) coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Essas informações são utilizadas para traçar um panorama nacional dos estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Ao mesmo tempo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) permite saber a proporção de crianças que frequentam cada nível de ensino por idade.

Percentual das crianças de 4 a 5 anos que frequentam escola por Grandes Regiões - 2001/2011

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Matrículas na pré-escola⁽²⁾ por dependência administrativa das escolas – Brasil – 2011

Fonte: INEP/MEC, Censo Escolar 2011.

(2) Matrículas da modalidade regular de ensino.

Potencialidade para análise e delineamento de políticas

Recentemente, a Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, estabeleceu a obrigatoriedade de as crianças a partir de 4 anos frequentarem a educação infantil, sendo que a adequação ocorrerá progressivamente até 2016. O acompanhamento dessa meta pode ser feito a partir de dados do Censo Escolar (número de matrículas na pré-escola, assim como a evolução de cada dependência administrativa) e, de forma complementar, com os dados da PNAD, mostrando a proporção de crianças que ainda não têm acesso à escola.

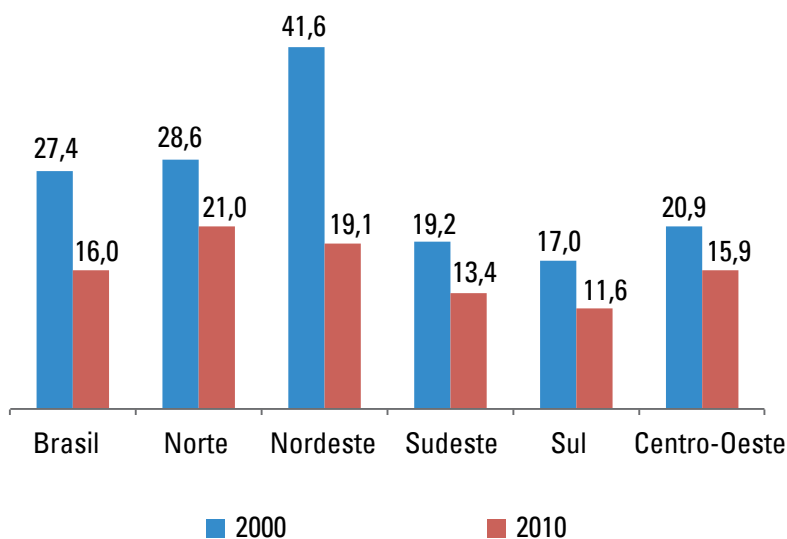
- O Censo Escolar é um levantamento anual do Inep/MEC, coletado nas escolas com educação infantil, ensinos fundamental e médio.
- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa anual, coletada pelo IBGE na totalidade do Território Nacional.
- Metadados e mais informações sobre as bases em: <http://ces.ibge.gov.br/>

Taxa de mortalidade infantil diminui 41,6% no Brasil e 54% no Nordeste

A sistematização dos registros de eventos vitais no País, instituída pelo Ministério da Saúde, possibilitou a criação do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) em 1975 e do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) em 1990. Esses registros permitem a elaboração de indicadores e estatísticas que podem contribuir para a elaboração, implementação e acompanhamento de políticas públicas na área da saúde.

Taxa de Mortalidade Infantil, segundo as Grandes Regiões (óbitos por 1000 nascidos vivos) - 2000/2010

Fontes: MS/SVS/SIM, MS/SVS/SINASC.



Potencialidade para análise e delineamento de políticas

O gráfico mostra que a taxa de mortalidade infantil (número de óbitos de menores de 1 ano de idade por 1000 nascidos vivos), para o País e todas as suas regiões, apresenta uma tendência de declínio. Entretanto, existem diferenças regionais marcantes. Enquanto o Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxas menores que a média do Brasil, as Regiões Norte e Nordeste, apesar da grande redução observada, ainda mostram taxas elevadas.

- **Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM):** criado em 1975 pelo Ministério da Saúde para o registro regular de dados sobre mortalidade no País. O documento básico que o alimenta é a declaração de óbito (DO).
- **Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC):** criado em 1990 pelo Ministério da Saúde para registrar informações epidemiológicas dos nascimentos no País. O documento básico que o alimenta é a declaração de nascido vivo (DN).
- Metadados e mais informações sobre as bases em: <http://ces.ibge.gov.br/>

TRABALHO

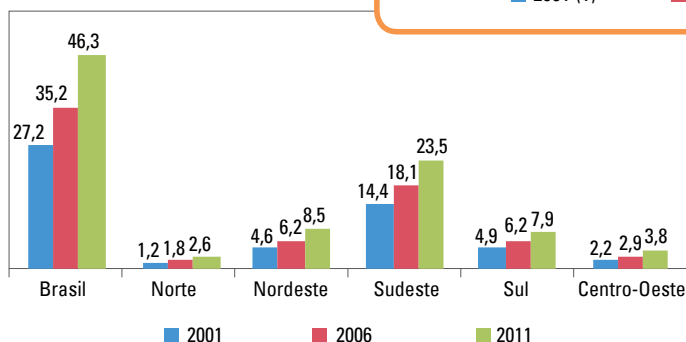
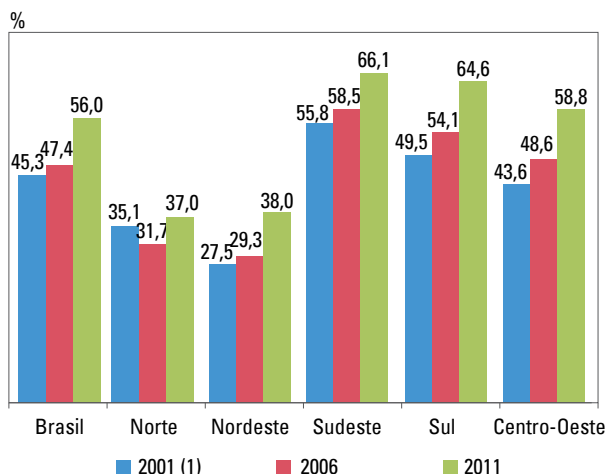
Emprego formal cresce no Brasil

Tanto na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) quanto na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE) é possível acompanhar a evolução do trabalho formal*. A PNAD é uma pesquisa amostral, enquanto a RAIS é uma base de registros administrativos que abrange todos os vínculos formais (celetistas, estatutários, temporários, avulsos, entre outros).

Percentual de pessoas de 16 anos ou mais de idade ocupadas em trabalho formal, segundo as Grandes Regiões - 2001/2011

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001/2011.

(1) Exclui-se a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.



Empregos em 31/12 - segundo as Grandes Regiões (milhões) - 2001/2011

Fonte: MTE, Relação Anual de Informações Sociais 2001/2011.

Potencialidade para análise e delineamento de políticas

Com a PNAD é possível observar a evolução do trabalho formal em oposição ao informal, enquanto com a RAIS se tem a medida mais precisa do quantitativo de empregos formais. Isso mostra a complementaridade entre os dados de pesquisa domiciliar e por registros, cada qual contribuindo para a compreensão da realidade do país e o planejamento de políticas. Ambas as fontes mostram o crescimento na década do emprego formal.

- A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo com caráter censitário que abrange todos os estabelecimentos com e sem empregados, do mercado formal brasileiro (celetistas e estatutários). A RAIS é divulgada anualmente e cobre todo o Território Nacional.

- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa anual, coletada pelo IBGE na totalidade do território nacional.

Nota (*) Trabalho "formal" segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador, que contribuíam para a previdência social.

- Metadados e mais informações sobre as bases em: <http://ces.ibge.gov.br/>

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nos últimos 18 anos, os créditos emitidos para pagamento de benefícios previdenciários quase dobraram. O acesso ao Programa Bolsa Família também cresceu fortemente desde 2004

O Anuário Estatístico da Previdência Social apresenta dados sobre diversos temas e aspectos da previdência social, incluindo benefícios, arrecadação, contribuintes, contabilidade, acidentes do trabalho, previdência complementar, previdência do servidor público e demografia, entre outros.

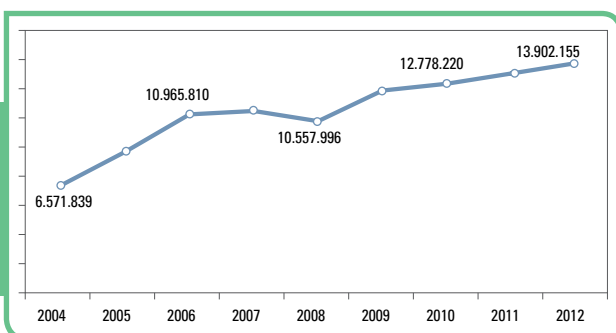
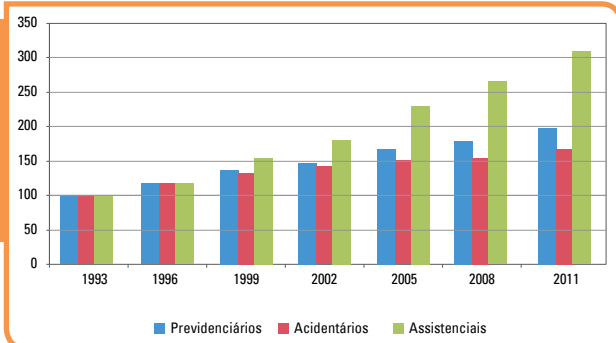
Evolução da quantidade de créditos emitidos pelo INSS segundo as categorias - 1993/2011 - 1993 = 100

Fonte: DATAPREV/MPS, AEPS Infologo 1993/2011.

Em termos de políticas sociais, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) disponibiliza pela Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) uma série de ferramentas informacionais para acesso a dados de políticas, pesquisas, inclusive do Programa Bolsa Família.

Quantidade de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família - 2004-2012

Fonte: SAGI/MDS, Data Social 2004/2012.



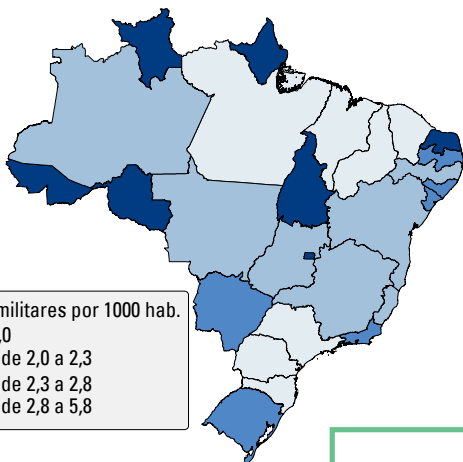
Potencialidade para análise e delineamento de políticas

Com a evolução da quantidade de créditos emitidos para pagamento segundo as categorias, é possível acompanhar a evolução relativa dos benefícios previdenciários, acidentários e assistenciais pagos pelo INSS identificando os diferenciais de crescimento. Os créditos para pagamento de benefícios de natureza acidentária cresceram 65% desde 1993, também fruto de mudança na legislação. Entre 2004 e 2012, o número de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família mais do que dobra.

- O Anuário Estatístico da Previdência Social é publicado desde 1992. Na página do Ministério da Previdência Social está disponível um **tabulador de dados**, o AEPS Infologo, que permite ao usuário criar suas próprias consultas e séries históricas.
- O Data Social do MDS também é uma ferramenta que traz acesso a dados, indicadores, boletins e publicações relacionados com as políticas sociais.
- Metadados e mais informações sobre as bases em: <http://ces.ibge.gov.br/>

Distribuição dos efetivos de policiais civis e militares no território

A Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública coleta anualmente dados sobre as Polícias Civil e Militar e Corpos de Bombeiros Militares do País. Com esses dados é possível gerar quantitativos e taxas de policiais, civil e militar, por 1000 habitantes, conforme descrito nos mapas abaixo, com informação de população da PNAD.

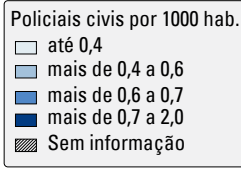


Efetivo das Polícias Militares por 1000 habitantes segundo as Unidades da Federação, 2011

Fonte: SENASP/MJ, Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, 2013. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.
Nota: Faixas construídas a partir dos quartis.

Efetivo das Polícias Cíveis por 1000 habitantes segundo as Unidades da Federação, 2011

Fonte: SENASP/MJ, Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública, 2013. IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011.
Nota: Faixas construídas a partir dos quartis.
Nota: Roraima não informou dados para polícia civil nesse ano.



Potencialidade para análise e delineamento de políticas

A coleta de dados foi um esforço da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) em produzir informações em âmbito nacional para subsidiar a elaboração de diagnósticos sobre as instituições de segurança e, consequentemente, aprimorar as políticas públicas nesse campo.

- A Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública coleta anualmente dados sobre as Polícias Civil e Militar e Corpos de Bombeiros Militares do País.
- A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é uma pesquisa anual, coletada pelo IBGE na totalidade do Território Nacional.
- Metadados e mais informações sobre as bases em: <http://ces.ibge.gov.br/>

COMITÊ DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS

BASES DE DADOS INVENTARIADAS ATÉ SETEMBRO DE 2013 *

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes

- Financiamento da pós-graduação
- Avaliação dos cursos de pós-graduação

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

- Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC
- Pesquisa de Informações Básicas Estaduais – ESTADIC
- Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF
- Censo Demográfico – CD
- Contagem da População – CONTAGEM
- Estatísticas do Registro Civil – RC
- Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB
- Economia Informal Urbana – ECINF
- Pesquisa Mensal de Emprego – PME
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD
- Pesquisa de Assistência Médico-Sanitária – AMS
- Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep

- Censo Escolar – Educação Básica
- Censo da Educação Superior
- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE
- Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA
- Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM
- Prova Brasil
- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

- Cadastro Único dos Programas Sociais – CadÚnico
- Censo do Sistema Único de Assistência Social – Censo SUAS

Ministério da Justiça – MJ

- Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC
- Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública – Pesquisa Perfil

Ministério da Previdência Social – MPS

- Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho – AEAT
- Anuário Estatístico da Previdência Social – AEPS
- Estatísticas Municipais de Previdência Social – EMPS
- Boletim Estatístico da GFIP – BEG
- Boletim Estatístico da Previdência Social – BEPS

Ministério da Saúde – MS

- Sistema de Informações de Agravos de Notificação – SINAN
- Sistema de Informações de Nascidos Vivos – SINASC
- Sistema de Informações de Mortalidade – SIM
- Sistema de Informações Hospitalares do SUS – SIH/SUS
- Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS – SIA/SUS
- Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES
- Sistema de Cadastramento de usuários do SUS – CADSUS
- Sistema de Avaliação do Programa de Imunização – PNI/API
- Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB
- Registro de Câncer de Base Populacional – RCBP
- Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS
- Sistema de Informações de Beneficiários – SIB
- Sistema de Cadastro de Operadoras – CADOP
- Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde – PNDS
- Inquérito domiciliar sobre comportamento de risco e morbidade referida de doenças e agravos não transmissíveis
- Vigilância de Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico – VIGITEL

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE

- Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED
- Relação Anual de Informações Sociais – RAIS
- Seguro Desemprego

** Estas bases não esgotam a produção das instituições, mas são aquelas mais estabilizadas, consolidadas ou com tradição de uso estatístico.*

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

Ministério da
Educação

Ministério da
Justiça

Ministério da
Previdência Social

Ministério da
Saúde

Ministério do
Trabalho e Emprego

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

INEP Instituto Nacional de Estudos e
Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ministério do
**Planejamento, Orçamento
e Gestão**

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO E PAÍS SEM POBREZA